

TERMO DE ADESÃO AO CONSÓRCIO E PROCURAÇÃO

DADOS DA CONSORCIADA:

| | | |
|--------------------------------------|--|--------------------------|
| Razão Social: | CFG GUERRA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA | |
| CNPJ: | 22.225.688/0001-40 | NIRE: 31210374573 |
| Telefone: | (31) 98255-4340 | |
| Endereço: | AV TORONTO, 508, LOJA: 13; JARDIM CANADA, NOVA LIMA/MG - CEP: 34.000-001 | |
| Representante Legal: | FERNANDO ANTÔNIO PASCHOAL GUERRA | |
| Endereço Representante Legal: | Rua dos Canários, 780 - Unidade de Vizinhança Quintas Morro do Chapéu, Nova Lima/MG - CEP: 34010-549 | |
| E-MAIL: | guerraf54@gmail.com | |

1. Pelo presente Termo de Adesão ao Consórcio e Procuração (“**Termo**”), a empresa qualificada acima (“**Consorciada**”), por liberalidade, opta por tornar-se membro do **Consórcio** CONSORCIO RZ MINAS GERAIS I, com sede e administração geral situadas na AV CEZIRA GIOVANONI MORETTI, 900 - SALA 0.04;, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.299.982/0001-49, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo (“**Consórcio**”), cuja liderança é exercida pela empresa **RAÍZEN GD LTDA.**, com sede em Rodovia SP-308, S/Nº - Fazenda Costa Pinto, Bairro Santa Terezinha, CEP 13.411-900, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, (“**Consorciada Líder**”), com endereço eletrônico fiscalizacaocar@raizen.com aderindo, neste ato, ao **Consórcio** e declarando, na presente data, que:

- i. Sua participação no **Consórcio** foi aprovada entre seus sócios, nos termos dos artigos 278 e 279 da Lei 6.404/1976, com vistas a possibilitar sua participação no **SCEE**, criado pela **REN 482**, na modalidade de geração compartilhada;
- ii. Autoriza a **Consorciada Líder** a tomar todas as medidas e assinar todos os documentos necessários para tanto, incluindo, mas não se limitando ao instrumento de constituição e aditivos do referido **Consórcio**;
- iii. O representante signatário possui pleno direito, poder e autoridade para celebrar o presente **Termo**, cumprindo com as obrigações e compromissos estabelecidos nele e no Instrumento Particular de Constituição do Consórcio ao qual está vinculado;
- iv. O Instrumento Particular de Constituição de Consórcio e o presente **Termo** foram devidamente aprovados, em conformidade com seus atos constitutivos, tendo ela recebido cópia de ambos por meio eletrônico e expressado sua compreensão e concordância com todos os termos neles constantes;
- v. Este **Termo** foi devidamente celebrado, constituindo-se obrigação válida, vinculante e exequível em relação à **Consorciada**, consoante suas respectivas cláusulas e condições; e
- vi. Está ciente de que sua vinculação a este **Consórcio**, nos moldes ora acordados, abrange apenas a compensação de energia elétrica para a área da concessionária de energia indicada no Quadro abaixo, sendo que a mudança da **Consorciada** para outra localidade não atendida pela concessionária em questão pode implicar na impossibilidade de sua permanência neste **Consórcio**.

2. **ADESÃO AO CONSÓRCIO E PROCURAÇÃO:** Neste ato, a **Consorciada**, expressamente, adere ao **Consórcio** e outorga à **Consorciada Líder**, Procuração nos termos a seguir:

Conforme art. 684 Código Civil, a **Consorciada** outorga, em caráter irrevogável e irretratável: (a) poderes gerais necessários para que a **Consorciada Líder** a represente em todo e qualquer assunto interno do **Consórcio**, os quais advém da sua função de administradora,

TERMO DE ADESÃO AO CONSÓRCIO E PROCURAÇÃO

representante e líder do **Consórcio**, incluindo, mas não se limitando, à representação da **Consorciada** nas deliberações do **Consórcio** e perante terceiros, inclusive todas as Juntas Comerciais dos Estados da Federação, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Ministério de Minas e Energias - MME e Distribuidora de Energia, na qual a **Consorciada** está conectada; à assinatura de qualquer alteração do Instrumento Particular de Constituição do Consórcio, tais como atos de ingresso e saída de **Consorciada**, extinção do **Consórcio** e outras deliberações porventura necessárias; à tomada de todas as medidas necessárias para a assinatura de quaisquer documentos que sejam exigíveis para que o **Consórcio** preencha os requisitos para viabilizar o funcionamento do **Consórcio**, inclusive àquelas referentes a exclusão de **Consorciadas** em caso de inadimplemento de obrigação assumida e descredenciamento no projeto perante à concessionária local de distribuição de energia elétrica, não cabendo contestação por parte da **Consorciada**; (b) poderes especiais, para autorizá-la a receber citações, intimações e notificações provenientes de qualquer processo judicial e/ou administrativo relacionado ao **Consórcio** e/ou à sua condição de **Consorciada**; e (c) outros poderes eventualmente necessários ao fiel cumprimento deste mandato, incluindo, mas não se limitando, àqueles necessários para assinar instrumentos e acordos, transigir e renunciar a direitos para assegurar o funcionamento regular do **Consórcio**, podendo a **Consorciada Líder** substabelecer, sem reservas de poderes, o presente **Termo**.

A Consorciada deliberou sua entrada no Consórcio mediante as seguintes condições:

| | |
|---|------------|
| Tempo de Vigência | 60 meses |
| Participação no Consórcio / Rateio | 0,40% |
| Número Conta Contrato (UC) | 7202598556 |
| Nº da Instalação | 3012433027 |
| Distribuidora | CEMIG |

3. **DAS COMUNICAÇÕES.** Todas as comunicações a serem realizadas entre a **Consorciada** e a **Consorciada Líder** deverão ser feitas por escrito e transmitidas via correio ou documento em formato eletrônico encaminhado por e-mail, para os endereços informados no item 1 (se para a **Consorciada Líder**) ou no quadro (se para a nova **Consorciada**).

4. **ASSINATURA ELETRONICA.** As Partes reconhecem e concordam que este Termo será assinado e aceito com o uso de assinaturas eletrônicas e/ou digitais, e que tal assinatura será juridicamente válida e vinculativa na mesma medida que uma assinatura cursiva de um dos representantes autorizados de uma Parte, nos termos da legislação aplicável e, em específico, o art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. Cada Parte dispensa qualquer exigência legal de que este Termo seja materializado, conservado ou reproduzido em meio tangível, e concorda que uma reprodução eletrônica receberá o mesmo vigor e efeito jurídico de uma assinatura escrita com firmas reconhecidas.

5. **REPRESENTAÇÃO DA CONSORCIADA.** A CONSORCIADA assume total responsabilidade pela indicação de seu(s) signatário(s), declarando e garantindo que o(s) signatário(s) do presente instrumento possui(em) plenos poderes para representá-la legalmente, em conformidade com os seus documentos societários, isentando a Consorciada Líder de sua conferência. Desta forma, renuncia, em favor da Consorciada Líder, qualquer possibilidade de invocar a nulidade ou anulabilidade deste Termo de Adesão em razão de vício na sua representação legal.

Piracicaba, 28 de junho de 2021.

TERMO DE CONDIÇÕES COMERCIAIS DE ADESÃO A CONSORCIO

O presente Termo de Condições Comerciais de Adesão a Consórcio (“Contrato”) é celebrado entre:

RAÍZEN GD LTDA,

Consórcio CONSORCIO RZ MINAS GERAIS I, com sede e administração geral situadas na AV CEZIRA GIOVANONI MORETTI, 900 - SALA 0.04; inscrito no CNPJ/MF sob o nº 35.299.982/0001-49, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, neste ato representado por sua consorciada líder **RAÍZEN GD LTDA.**, com sede em Rodovia SP-308, S/Nº - Fazenda Costa Pinto, Bairro Santa Terezinha, CEP: 13.411-900, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.986.143/0001-33 (“Consorciada Líder”), doravante denominado “**CONSORCIO**”,

e

CFG GUERRA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA,

sociedade empresarial com sede na AV TORONTO, 508, LOJA: 13; JARDIM CANADA, NOVA LIMA/MG - CEP: 34.000-001, inscrita no CNPJ sob o nº 22.225.688/0001-40, neste ato representada por FERNANDO ANTÔNIO PASCHOAL GUERRA, brasileiro, engenheiro, casado, portador da carteira de identidade nº MG - 304.157, expedida pelo Polícia Civil/MG e inscrito no CPF sob o nº 012.733.966/34, residente e domiciliado na Rua dos Canários, 780 - Unidade de Vizinhança Quintas Morro do Chapéu, Nova Lima/MG - CEP: 34010-549, doravante denominado simplesmente “**CONSORCIADA**”, e, em conjunto com a **RAÍZEN GD LTDA**, “Partes”,

DO OBJETO E CONDIÇÕES COMERCIAIS

Objeto: 0,402% do Empreendimento Solar MG1, equivalente a 20,524 cotas do sistema de compensação.

Performance Alvo (kWh/mês): 2.970

Período de Adesão: 60 (sessenta) meses contados a partir da assinatura deste Termo.

Pagamento Mensal (rateio + taxa de administração): R\$ R\$ 1.999,54

Valor da cota: R\$ 97,42 por mês.

Reajuste do Pagamento Mensal: de acordo com a Inflação Energética, nos termos da cláusula 4.2.

Multa por descumprimento: de acordo com a cláusula 8.

DO FATURAMENTO

TERMO DE CONDIÇÕES COMERCIAIS DE ADESÃO A CONSÓRCIO

Vencimento do Pagamento Mensal: 22º (vigésimo segundo) dia corrido de cada mês.

Forma de Pagamento: boleto bancário.

Vencimento do Pagamento Semestral: 22º (vigésimo segundo) dia corrido do mês de apuração.

Forma de Pagamento: boleto bancário.

Dados do CONSÓRCIO para faturamento: CONSORCIO RZ MINAS GERAIS I inscrita no CNPJ sob nº 35.299.982/0001-49, e com endereço na AV CEZIRA GIOVANONI MORETTI, 900 - SALA 0.04;

Multa por Mora do Pagamento: 2% (dois por cento) do valor inadimplido.

Juros por Mora do Pagamento: 1% (um por cento) ao mês calculados sobre o valor inadimplido e correção monetária calculada com base no IPCA “pro rata die”.

CONSIDERANDO QUE:

I. O CONSÓRCIO acima qualificado foi constituído através de Instrumento Particular de Constituição de Consórcio (“Instrumento de Constituição de Consórcio”);

II. A CONSORCIADA firmou Termo de Adesão ao Consórcio e Procuração (“Termo de Adesão”), aderindo ao CONSÓRCIO acima qualificado, estando ciente de todos os termos e condições do Instrumento de Constituição de Consórcio;

III. A CONSORCIADA é consumidora de energia elétrica e, visando a redução de custos, optou por participar do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) criado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) por meio da Resolução Normativa 482/2012;

IV. O CONSÓRCIO, obedecendo todas as normas e resoluções da ANEEL, possui direitos, por si ou por terceiros por ele contratados, sobre créditos de energia oriundos de uma ou várias Usinas de Micro ou Minigeração de Energia Renovável (“Empreendimento”);

V. Este Termo de Condições Comerciais de Adesão a Consórcio (“Termo de Condições Comerciais”) é parte integrante e indissociável do Instrumento de Constituição de Consórcio e do Termo de Adesão;

As Partes, identificadas e qualificadas no presente Termo de Condições Comerciais, têm entre si justo e contratado o que segue, em adição às disposições do Termo de Adesão:

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Condições Comerciais tem por objeto estabelecer as condições gerais aplicáveis ao rateio e a alocação de créditos de energia elétrica de fração ideal de Empreendimento pelo CONSÓRCIO à CONSORCIADA, pelo prazo estabelecido no presente instrumento, de forma a viabilizar a compensação de energia elétrica nos termos da Resolução Normativa 482/2012.

1.1.1. O CONSÓRCIO destina-se a permitir a compensação de créditos de energia elétrica nas contas de energia das unidades consumidoras da CONSORCIADA que se encontrem na área da concessionária de energia do local do Empreendimento, conforme indicado no preâmbulo do presente instrumento, mediante geração compartilhada, ficando desde logo ajustado que não haverá transferência da posse do Empreendimento à CONSORCIADA em qualquer momento, permanecendo o CONSÓRCIO como responsável pela posse, operação e manutenção integral do Empreendimento, por si ou através de terceiros por este contratado.

2. VIGÊNCIA

TERMO DE CONDIÇÕES COMERCIAIS DE ADESÃO A CONSORCIO

2.1. As disposições deste Termo de Condições Comerciais perdurarão pelo Período de Locação do Contrato, ficando desde já certo que, ao final do Período de Adesão, o presente instrumento e o Termo de Adesão estarão automaticamente renovados por igual período, podendo qualquer das Partes manifestar o interesse na sua denúncia, nos termos previstos neste instrumento.

2.2. Qualquer uma das Partes poderá denunciar o presente Contrato a qualquer momento mediante notificação a parte contrária com 90 (noventa) dias de antecedência do término pretendido. Em caso de denúncia do Contrato, nos termos previstos nesta cláusula, o Termo de Adesão também será considerado rescindindo. Por clareza, as Partes ajustam que não há carência ou período mínimo de vigência, podendo a denúncia ser requerida a qualquer momento, observado o aviso-prévio de 90 (noventa) dias.

3. CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

3.1. Constituem condições resolutivas, que encerrará a presente relação contratual, sem necessidade de pagamento de multa, indenização ou resarcimento de qualquer forma de uma Parte à outra, a não obtenção da aprovação de conexão do Empreendimento à rede de distribuição da Concessionária de Energia Local em até 06 (seis) meses após a assinatura do presente instrumento e/ou, no mesmo prazo, a não obtenção do licenciamento ambiental para implantação e/ou operação do Empreendimento.

4. VALOR DO RATEIO DOS CUSTOS E TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

4.1. Cada cota do Empreendimento possui o valor previsto no preambulo deste instrumento, podendo a CONSORCIADA optar pela contratação de quantas cotas julgue necessárias para atender a seu perfil de consumo de energia elétrica, desde que previamente aprovado pelo CONSORCIO.

4.2. O valor do Pagamento Mensal, calculado de acordo com a quantidade de cotas do Empreendimento contratados pela CONSORCIADA, será atualizado pela Inflação Energética na data de Reajuste do Pagamento Mensal, de acordo com a classificação tarifária da CONSORCIADA, nos termos publicados pela ANEEL, e apenas será devido nos meses em que houver efetivos créditos de energia compensados pela CONSORCIADA na sua conta de energia elétrica, nas quotas acordadas entre as Partes.

4.3. Semestralmente, além do Pagamento Mensal, devido a título de rateio de custos e taxa de administração destinada à Consorciada Líder do CONSORCIO, nos termos do Instrumento Particular de Instituição do Consórcio e do Termo de Adesão, o CONSORCIO emitirá fatura às CONSORCIADAS referente à boa ou má performance do Empreendimento, observando a Performance Variável do Empreendimento ("Pagamento Semestral"). O faturamento do Pagamento Semestral observará a seguinte regra:

- a) Caso a performance do Empreendimento seja igual à Performance Alvo (conforme previsto no preambulo deste instrumento) em cada mês, a CONSORCIADA não receberá benefícios ou cobranças adicionais;
- b) Caso a performance do Empreendimento seja maior do que a Performance Alvo do período de apuração, a CONSORCIADA deverá pagar ao CONSORCIO parcela variável correspondente à performance do sistema, conforme cálculos abaixo:

Definições:

- Performance Variável = Valor Variável

TERMO DE CONDIÇÕES COMERCIAIS DE ADESÃO A CONSÓRCIO

- Percentual Relativo da Performance = Performance Real/Performance Alvo

b.1) SE Percentual Relativo da Performance > 100%, ENTÃO:

Valor Variável = (Percentual Relativo da Performance * valor do Pagamento Mensal) – valor do Pagamento Mensal;

c) Caso a performance do Empreendimento seja menor que a Performance Alvo do período de apuração, o Consórcio deverá creditar ao Consorciado a parcela variável correspondente à performance do Empreendimento, conforme fórmula abaixo:

SE Percentual Relativo da Performance < 100% ENTÃO:

Crédito = Valor do Pagamento Mensal - (Percentual Relativo da Performance x valor do Pagamento Mensal)

4.4. Quaisquer alterações nos percentuais das alíquotas dos tributos incidentes sobre o Contrato, bem como a criação, extinção, modificação, isenção, redução desses tributos, direitos, encargos de qualquer espécie, instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e eventuais reajustes extraordinários por parte da Concessionária de Energia Local, que de qualquer forma incidam ou venham a impactar o valor do Pagamento Mensal, ocorridos entre a data de assinatura do presente instrumento e a data do respectivo faturamento, ensejarão a revisão do Pagamento Mensal a fim de adequá-lo às modificações havidas.

5. DO FATURAMENTO E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. A partir da verificação da primeira compensação de créditos de energia elétrica realizada pela Concessionária de Energia Local nas contas de energia das unidades consumidoras da CONSORCIADA, o CONSÓRCIO emitirá mensalmente documento de cobrança contra a CONSORCIADA. O Pagamento Mensal deverá ser realizado pela CONSORCIADA até a data do Vencimento do Pagamento Mensal. No caso de mora no pagamento, incidirão sobre os valores inadimplidos os acréscimos de correção monetária, multa e juros de mora calculados “pro rata die”, tal como previstos no preambulo deste instrumento.

5.1.1. Excepcionalmente, a título de bonificação, o CONSÓRCIO isentará a CONSORCIADA do pagamento do primeiro Pagamento Mensal. Desse modo, o Pagamento Mensal passará a ser devido a partir do 2º (segundo) mês de compensação de créditos de energia elétrica realizado pela Concessionária de Energia Local nas contas de energia das unidades consumidoras da CONSORCIADA.

5.2. O CONSÓRCIO será responsável pelo recolhimento de todos os tributos que incidam sobre à execução deste instrumento, cabendo à CONSORCIADA recolher os tributos que, por imposição legal, sejam de sua responsabilidade CONSORCIADA.

5.3. Caso a CONSORCIADA deixe de liquidar quaisquer cobranças devidas, de forma integral, o CONSÓRCIO e/ou a Consorciada Líder e/ou as Afiliadas da Consorciada Líder poderão compensar eventuais créditos que porventura possua contra a CONSORCIADA ou contra sociedades Afiliadas, com os pagamentos devidos pelo próprio CONSÓRCIO e/ou a Consorciada Líder e/ou as Afiliadas da Consorciada Líder.

6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

TERMO DE CONDIÇÕES COMERCIAIS DE ADESÃO A CONSÓRCIO

6.1. As obrigações do CONSÓRCIO estão previstas no Instrumento de Constituição do Consórcio, o qual a CONSORCIADA declara conhecer.

6.2. Sem prejuízo das disposições previstas no Termo de Adesão, são obrigações da CONSORCIADA:

- a)** Realizar pontualmente o Pagamento Mensal;
- b)** Informar eventuais alterações societárias ou nas estruturas das unidades consumidoras sempre que tais alterações impactarem no objeto do presente instrumento, com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de antecedência. Fica a CONSORCIADA ciente de que a inobservância dessa comunicação no prazo retro previsto poderá acarretar a perda de créditos de energia que lhe seriam destinados;
- c)** Manter sigilo quanto às informações, documentos e desenhos compartilhados no âmbito do presente instrumento, não as divulgando a quaisquer terceiros, exceto se mediante autorização, por escrito, do CONSÓRCIO;

7. CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

7.1. Na eventualidade de sobrevir qualquer caso fortuito ou evento de força maior, nos termos previstos na legislação vigente, nenhuma das Partes poderá interromper o cumprimento das obrigações que não sejam afetadas pela circunstância ocorrida.

7.2. A Parte afetada pelo evento de caso fortuito ou de força maior deverá tomar as medidas possíveis para minimizar seus efeitos, bem como notificar a outra Parte quando se tornar razoavelmente aparente que a execução do presente instrumento sofrerá qualquer tipo de atraso, com as informações necessárias à caracterização das circunstâncias.

7.3. Na ocorrência de fatos ou eventos de caso fortuito ou força maior, cada uma das Partes arcará com todos os prejuízos diretos e indiretos dele resultantes, somente sendo permitida a extinção do presente Contrato, nos termos da Cláusula 8, abaixo.

8. DA EXTINÇÃO, DAS PENALIDADES E DA RESPONSABILIDADE

8.1. O Contrato poderá ser resolvido, sem qualquer penalidade ou ônus, quando:

- a)** Verificada qualquer uma das Condições Resolutivas;
- b)** Houver impossibilidade de manutenção do modelo de compensação de crédito de energia elétrica em razão de alteração em leis, resoluções ou qualquer outra norma superveniente;
- c)** Ocorrer evento de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, impeditivo de execução do Contrato por mais de 90 (noventa) dias;
- d)** For decretada a falência, insolvência ou o deferimento do pedido de recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer das Partes.

8.2. O Contrato poderá ser resolvido por inadimplemento, com a aplicação de multa compensatória, nas seguintes hipóteses:

- a)** Inadimplemento das obrigações de qualquer das Partes, não sanadas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento pela Parte inadimplente de notificação enviada pela Parte adimplente; e

TERMO DE CONDIÇÕES COMERCIAIS DE ADESÃO A CONSÓRCIO

b) Descumprimento das obrigações do CONSÓRCIO em garantir a geração e compensação dos créditos de energia nas quotas e quantidades acordadas com a CONSORCIADA.

8.2.1. Se a resolução se der em decorrência da hipótese prevista na Cláusula 8.2, a Parte inadimplente sujeitar-se-á ao pagamento de multa, em uma única parcela, no valor de 3 (três) vezes o valor do Pagamento Mensal.

8.3. Em qualquer hipótese de encerramento do presente instrumento, caberá ao CONSÓRCIO requerer o imediato desligamento da(s) unidade(s) consumidora(s) da CONSORCIADA do Sistema de Compensação de Energia Elétrica do Empreendimento Usina junto à Concessionária de Energia Local.

8.4. A extinção do Contrato, independentemente do motivo, não isenta as Partes das obrigações devidas até a data da extinção, incluindo valores a título de Pagamento Mensal vencidos ou a vencer até o exato momento da extinção.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Este Termo de Condições Comerciais e o Termo de Adesão constituem o entendimento integral das Partes, prevalecendo sobre todos os entendimentos ou outros documentos anteriores firmados relativos ao mesmo objeto, exceto quanto à Carta Conforto de Geração Distribuída Solar que, em caso de incongruências, prevalecerá sobre estes instrumentos, vinculando as Partes e obrigando seus eventuais sucessores.

9.1.1. O CONSÓRCIO poderá ceder ou transferir sua posição no presente instrumento, seus direitos e obrigações, a qualquer de suas Afiliadas, às Afiliadas da Consorciada Líder, consórcios, associações, terceiros e/ou parceiros comerciais, independentemente de anuênciam previa da CONSORCIADA. A CONSORCIADA não poderá ceder ou transferir sua posição no presente instrumento.

9.1.2. Para os fins deste Termo de Condições Comerciais e Contrato, “Afiliadas” significa, em relação a qualquer Parte, qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, seja controlada por, controle ou esteja sob o controle comum, desta Parte. Para os fins desta definição, entende-se por controle: (i) a titularidade de pelo menos 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital votante ou (ii) o exercício dos direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral ou reunião de sócios ou (iii) o poder de eleger a maioria dos administradores e de dirigir as atividades sociais. Exclusivamente para os fins deste instrumento, as sociedades controladoras do grupo da Consorciada Líder do CONSÓRCIO são a Raízen Energia S/A e a Raízen Combustíveis S/A, sendo certo que as acionistas de tais empresas não serão consideradas “Afiliadas” da Consorciada Líder.

9.2. Cumpridos os requisitos e prazos da legislação aplicável e da Concessionária de Energia Local, a relação das unidades consumidoras da CONSORCIADA participantes do Empreendimento poderá ser alterada, mediante solicitação por escrito ao CONSÓRCIO.

9.3. A nulidade declarada de qualquer uma das cláusulas ou condições ora pactuadas não acarretará a nulidade do presente instrumento, que permanecerá válido e exigível em todos os seus demais termos e condições.

9.4. O presente instrumento é de natureza estritamente civil, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre as Partes e seus empregados, dirigentes ou prepostos, correndo por conta exclusiva de cada Parte, todas as despesas com o seu respectivo pessoal, aí incluídos os respectivos salários, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários e quaisquer outras parcelas de qualquer natureza porventura relacionadas ao referido vínculo.

9.5. Caso haja mudança posterior na legislação e normas do setor elétrico brasileiro, inclusive nos Procedimentos de Distribuição - PRODIST ou na Resolução Normativa nº 482, de

TERMO DE CONDIÇÕES COMERCIAIS DE ADESÃO A CONSÓRCIO

17/04/2012, as Partes desde já concordam em negociar de boa-fé o seu aditamento, visando à manutenção das bases objetivas deste instrumento, sendo certo que, na impossibilidade de acordo para preservá-lo, poderá ser resolvido, sem quaisquer ônus ou multas, por qualquer das Partes.

9.6. As Partes neste ato declaram e se comprometem a observar todas as leis e regras aplicáveis ao presente instrumento, em especial a legislação de defesa da concorrência e de combate à lavagem de dinheiro e à corrupção. Sem prejuízo da legislação aplicável, as Partes se obrigam a não dar ou receber, oferecer ou solicitar, pagamento ou benefício que constitua vantagem indevida ou, ainda, prática ilegal.

9.7. A CONSORCIADA obriga-se a observar e respeitar o Código de Conduta, disponível no website www.raizen.com.br, especialmente os Princípios de Negócios ali indicados, incluindo, sem limitação, a proibição de qualquer forma de trabalho escravo, forçado ou análogo, trabalho infantil, a preservação do meio ambiente, o cumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho, assim como o respeito aos consumidores, empregados, prestadores de serviços e às comunidades estabelecidas nos locais onde as partes desenvolvem suas atividades.

9.8. O Contrato constitui título executivo extrajudicial, na forma do artigo 784, insiso III, do Código de Processo Civil, inclusive para efeito de cobrança de todos e quaisquer valores decorrentes das obrigações contempladas neste instrumento.

9.9. Este instrumento é regido e interpretado pela legislação brasileira e quaisquer disputas deles decorrentes serão dirimidas no foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, o qual prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As Partes acordam que, para fins de citação ou intimação em eventual processo judicial do qual venham a se utilizar para a solução de conflitos oriundos direta ou indiretamente do presente Contrato, nos termos dos artigos 246 e 269 da Lei 13.105/15, deverão ser considerados os seguintes endereços:

Pela CONSORCIADA: RAÍZEN GD LTDA.

Endereço: Rodovia SP-308, S/Nº - Fazenda Costa Pinto, Bairro Santa Terezinha, CEP: 13.411-900, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo
E-mail: notificacoes.juridicocombustiveis@raizen.com

Pelo CONSORCIADA: CFG GUERRA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Endereço: AV TORONTO, 508, LOJA: 13; JARDIM CANADA, NOVA LIMA/MG - CEP: 34.000-001
E-mail: guerraf54@gmail.com

9.10. A CONSORCIADA assume total responsabilidade pela indicação de seu(s) signatário(s), declarando e garantindo que o(s) signatário(s) do presente instrumento possuem plenos poderes para representá-la legalmente, em conformidade com os seus documentos societários, isentando o **CONSÓRCIO** de sua conferência. Desta forma, renuncia, em favor do **CONSÓRCIO**, qualquer possibilidade de invocar a nulidade ou anulabilidade deste Contrato em razão de vício na sua representação legal.

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integralidade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 24/03/2022

Dados do Documento

| | |
|------------------------|--|
| Tipo de Documento | Contrato Solar |
| Referência | SOLAR 9187 - CFG GUERRA - SUBWAY |
| Situação | Vigente / Ativo |
| Data da Criação | 28/06/2021 |
| Validade | 28/06/2021 até Indeterminado |
| Hash Code do Documento | D6399AD7443255201D54449B92EDEC9D9AE72514B9FD066E87B8D57653AD25CB |

Assinaturas / Aprovações

| | | |
|---|---|---------------------------|
| Papel (parte) | Testemunha | |
| Relacionamento | 391.963.438-18 - Giuliana Zampronio | |
| Representante | | CPF |
| Giuliana Zampronio | | 391.963.438-18 |
| Ação: | Assinado em 29/06/2021 11:17:10 - Forma de assinatura: Usuário + Senha | IP: 186.209.1.196 |
| Info.Navegador | Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/91.0.4472.114 Safari/537.36 | |
| Localização | Não Informada | |
| Tipo de Acesso | Normal | |
| | | |
| Papel (parte) | Contratada | |
| Relacionamento | 22.225.688/0001-40 - CFG GUERRA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA | |
| Representante | | CPF |
| FERNANDO ANTÔNIO PASCHOAL GUERRA | | 012.733.966-34 |
| Ação: | Assinado em 29/06/2021 11:02:12 - Forma de assinatura: Usuário + Senha | IP: 189.13.19.214 |
| Info.Navegador | Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64; rv:89.0) Gecko/20100101 Firefox/89.0 | |
| Localização | Não Informada | |
| Tipo de Acesso | Normal | |
| | | |
| Papel (parte) | Contratante | |
| Relacionamento | 28.986.143/0001-33 - Raízen GD Ltda. | |
| Representante | | CPF |
| Talita Fernanda Ribeiro | | 342.989.298-84 |
| Ação: | Assinado em 29/06/2021 11:56:31 - Forma de assinatura: Usuário + Senha | IP: 177.9.227.203 |
| Info.Navegador | Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/91.0.4472.114 Safari/537.36 | |
| Localização | Não Informada | |
| Tipo de Acesso | Normal | |
| | | |
| Representante | | CPF |
| Claudia Fernanda Bettone Rodrigues | | 217.011.108-57 |
| Ação: | Assinado em 02/07/2021 10:49:09 - Forma de assinatura: Usuário + Senha | IP: 189.28.252.133 |
| Info.Navegador | Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/91.0.4472.114 Safari/537.36 | |
| Localização | Não Informada | |
| Tipo de Acesso | Normal | |

| | | |
|---|---|---------------------------|
| Papel (parte) | Contratante 01 | |
| Relacionamento | 35.299.982/0001-49 - CONSORCIO RZ MINAS GERAIS I | |
| Representante | | CPF |
| Claudia Fernanda Bettone Rodrigues | | 217.011.108-57 |
| Ação: | Assinado em 02/07/2021 10:49:09 - Forma de assinatura: Usuário + Senha | IP: 189.28.252.133 |
| Info.Navegador | Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/91.0.4472.114 Safari/537.36 | |
| Localização | Não Informada | |
| Tipo de Acesso | Normal | |

| | | |
|--------------------------------|---|--------------------------|
| Representante | | CPF |
| Talita Fernanda Ribeiro | | 342.989.298-84 |
| Ação: | Assinado em 29/06/2021 11:56:31 - Forma de assinatura: Usuário + Senha | IP: 177.9.227.203 |
| Info.Navegador | Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/91.0.4472.114 Safari/537.36 | |
| Localização | Não Informada | |
| Tipo de Acesso | Normal | |

| | | |
|-------------------------|--|-------------------------|
| Papel (parte) | Testemunha Contratante | |
| Relacionamento | 350.961.268-03 - Rafaella Santino | |
| Representante | | CPF |
| Rafaella Santino | | 350.961.268-03 |
| Ação: | Assinado em 05/07/2021 13:46:23 - Forma de assinatura: Usuário + Senha | IP: 179.98.11.68 |
| Info.Navegador | Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/91.0.4472.114 Safari/537.36 Edg/91.0.864.54 | |
| Localização | Não Informada | |
| Tipo de Acesso | Normal | |

| | | |
|--|---|---------------------------|
| Papel (parte) | Testemunha Contratante1 | |
| Relacionamento | 013.854.740-84 - Luisa Batista Zefredo de Oliveira | |
| Representante | | CPF |
| Luisa Batista Zefredo de Oliveira | | 013.854.740-84 |
| Ação: | Assinado em 02/07/2021 11:06:06 - Forma de assinatura: Usuário + Senha | IP: 177.74.127.198 |
| Info.Navegador | Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/91.0.4472.124 Safari/537.36 | |
| Localização | Não Informada | |
| Tipo de Acesso | Normal | |

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://www.documentoelectronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **RKEP7-GUIN7-NNNCS-UEUFZ**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.